

Calendário do Congresso atrasará emendas

■ Cardoso só vai enviar propostas 45 dias após a posse

As propostas de mudanças na Constituição que o futuro governo pretende ver aprovadas ainda no primeiro semestre de 95, só serão enviadas ao Congresso 45 dias após a posse de Fernando Henrique Cardoso. É que os parlamentares eleitos em 3 de outubro tomam posse em 1º de fevereiro, mas os trabalhos legislativos começam efetivamente apenas no dia 15. Até lá, Fernando Henrique vai negociar as emendas constitucionais com as novas lideranças e as presidências da Câmara e do Senado.

A decisão de adiar o envio das

propostas foi tomada com base no entendimento do presidente eleito e de seu grupo político de que não há sentido em negociar nada com um Congresso em fim de mandato. Primeiro, porque os interlocutores oficiais (os líderes de partidos) ainda não estarão escolhidos e, segundo, porque não haveria como aprovar nada. Em janeiro o Congresso está em recesso e Fernando Henrique não vê necessidade de convocá-lo extraordinariamente.

Embora a previsão seja de negociar emenda por emenda, seu envio ao Congresso será feito em bloco. Na avaliação de políticos do PSDB, o ideal seria que a posse do Congresso fosse em conjunto com a do presidente. Da forma como está, analisam, esses 45 dias

vão representar a perda de um tempo fundamental. Isso porque a intenção de Fernando Henrique é definir os rumos do governo e mostrar à opinião pública suas diretrizes básicas nos primeiros três meses. Com datas diferentes de posse, perde-se a metade deste tempo.

Líderes — De qualquer forma, as primeiras negociações serão feitas com os presidentes dos partidos já depois do segundo turno das eleições estaduais. Com relação à escolha das lideranças de bancadas, o quadro ainda está indefinido, embora alguns critérios já estejam claros. Um deles, por exemplo, é o de que os líderes do governo — na Câmara e no

Senado — serão figuras menos importantes do que os líderes das bancadas. De acordo com um senador do PSDB, com um líder de governo fraco, o governo consegue operar, desde que tenha bons líderes de bancadas.

Um critério certo para a escolha dos líderes do governo é que nem na Câmara nem no Senado eles sairão do partido do presidente. Devem pertencer a bancadas maiores. Como na Câmara o presidente da preferência de Fernando Henrique é Luís Eduardo Magalhães, do PFL, o líder deverá sair do PMDB. Para a liderança do PSDB na Câmara, é cogitado o nome de Franco Montoro. Os tucanos vêem com boa vontade

de a possibilidade de Inocêncio Oliveira vir a liderar o PFL.

Indefinição — No Senado, a indefinição é maior, não existindo ainda cogitações sobre lideranças. A presidência dificilmente sairá das mãos do PMDB, mas a dificuldade é saber quem terá mais força. Se Roseana Sarney sair vitoriosa no Maranhão, José Sarney é considerado candidato fortíssimo, bem como Pedro Simon, no caso da vitória de Antônio Britto no Rio Grande do Sul. A definição dos resultados do segundo turno é fundamental para que o futuro governo possa ter uma idéia mais clara sobre os rumos que tomará o PMDB e quem terá força no partido.